

L E I nº 2.959/2009

Data : 03 de julho de 2009.

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a outorgar ao Serviço Social da Indústria- SESI, Concessão de Direito de Uso de Imóvel e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte

L E I

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a outorgar ao Serviço Social da Indústria – SESI, inscrita no CNPJ sob nº 03.802.018/0001-03, estabelecida na Av. Cândido de Abreu nº 200, Centro Cívico, em Curitiba(PR), concessão de direito de uso do imóvel, com a área de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), com a seguinte descrição: “um terreno partindo do ponto 01 medindo 20 m (vinte metros) confrontando-se com a Rua Prefeito Rafael Antonaci, até o ponto 02, onde deflete a direita e segue distância de 25,00m (vinte e cinco metros) confrontando com a rua São Paulo, até o ponto 03, onde deflete a esquerda e segue distância de 20,00m (vinte metros), confrontando com o Terminal Rodoviário do Município (lote remanescente), até o ponto 04 onde deflete a direita e segue distância de 25,00m (vinte e cinco metros) confrontando o Terminal Rodoviário do Município (lote remanescente), até o ponto 01, onde iniciou essa medição totalizando uma área de 500,00 m² (quinhentos metros quadrados), o qual passa a ser denominado como Lote 01”, destacada de uma área maior, a que se refere a Matrícula nº 6.179 do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bandeirantes(PR).

Art. 2º - O concessionário se obriga a construir e implantar no imóvel o Projeto Indústria do Conhecimento.

Art. 3º - O concessionário deverá iniciar a construção no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data da vigência da presente lei, e concluí-la no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, sob pena de considerar-se rescindida de pleno direito esta concessão de direito de uso e reverter o imóvel ao Município, com as edificações eventualmente acrescidas, sem que nenhum direito haja para o concessionário a título de retenção por benfeitorias, indenização ou qualquer outro.

§ 1º - A concessão contida no “caput” deste artigo será pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar da data de vigência desta Lei.

§ 2º - Expirado o prazo estabelecido no parágrafo anterior, ensejará a formalização da escritura pública definitiva de doação ao concessionário, que será outorgada pelo Município.

§ 3º - A presente concessão de direito de uso do imóvel, descrito no art. 1º desta Lei, é em caráter temporária, pessoal e intransferível, salvo com expressa anuência do Município.

Art. 4º - A presente concessão de direito de uso será considerada rescindida de pleno direito, independentemente de notificação ou interpelação judicial, nos termos do art. 127 e 128 c/c o art. 390 do Código Civil, revertendo a posse do imóvel ao município, acrescida de suas benfeitorias, caso o concessionário ceder no todo ou parcialmente, o imóvel, objeto desta Lei, a qualquer título, ou der destinação diversa da constante no art. 2º desta Lei, sem expresso consentimento do Município.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 03 de julho de 2009.

Celso Benedito da Silva
Prefeito Municipal